

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF

Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios Artificiais dos reservatórios Areias, Braúnas e Mandantes, item 14.

PROPOSTA DE ESTRATÉGIA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS PÚBLICAS

1. Introdução:

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais que serão formados no Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF visa atender às determinações da legislação atual, incorporando as exigências da Resolução CONAMA nº 302/02, a qual dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do seu entorno.

Segundo esta Resolução, o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais - PACUERA - deve ser um “conjunto de diretrizes e proposições com o objetivo de disciplinar a conservação, a recuperação, o uso e ocupação da área do entorno do reservatório artificial”. Apresentando-se, assim, como um instrumento de planejamento e gestão das áreas circunvizinhas aos reservatórios.

O PISF compõe-se em sua totalidade, dentre outras estruturas, de 26 reservatórios e o Programa de Conservação e Uso Do Entorno e das Águas dos Reservatórios prevê a elaboração de um PACUERA para cada um desses reservatórios. A elaboração desses PACUERAs envolveu inicialmente a realização de diagnósticos e o estabelecimento de critérios de zoneamento, para, em última instância, propor medidas e diretrizes de proteção, conservação e recuperação ambiental para a Área de Preservação Permanente e o entorno dos reservatórios, visando garantir a qualidade da água.

A Resolução CONAMA nº 302/2002, aponta, ainda, para a obrigatoriedade da realização de consulta pública:

“§ 2º A aprovação do plano ambiental de conservação e uso do entorno dos reservatórios artificiais deverá ser precedida da realização de consulta pública, sob pena de nulidade do ato administrativo, na forma da Resolução CONAMA nº 9, de 3 de dezembro de 1987, naquilo que for aplicável, informando-se ao Ministério Público com antecedência de trinta dias da respectiva data.”



A consulta pública é tida como um procedimento em que, quando a matéria envolve assunto de interesse geral, é aberto publicamente prazo para terceiros conhecerem o processo e se manifestarem sobre ele por escrito, antes da decisão. Seu intuito é fazer com que o poder público ouça e colete dados provenientes da opinião pública, legitimando o ato administrativo ao considerar as manifestações e sugestões recebidas e incluí-las no processo decisório como um todo.

O presente documento visa apresentar proposta de estratégia para realização do processo de consulta sobre os Planos de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios do PISF. O principal objetivo da estratégia aqui delineada é dar legitimidade aos Planos e facilitar a participação social, permitindo o acesso amplo à informação e garantindo o direito de expressão dos cidadãos. Ao mesmo tempo, visa otimizar esforços e recursos públicos durante o processo. Neste sentido são propostas diferentes estratégias a serem adotadas durante o processo consultivo, de acordo com os diferentes públicos identificados.

2. Base Legal:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Resolução CONAMA nº 302/2002;
- Resolução CONAMA nº 09/1987;

3. Identificação do público-alvo:

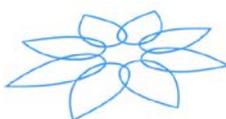
De forma geral, o público a ser consultado se refere a pessoas, grupos ou instituições com interesse nos Planos.

De acordo com o nível de interesse e impacto sofrido pode ser dividido em:

- a) **Primário:** Público beneficiário que experimenta alto impacto e nível de interesse com a implementação dos Planos;
- b) **Secundário:** Público que não experimenta impacto direto com a implementação dos Planos, porém, apresenta alto nível de interesse;
- c) **Amplo:** Público que não experimenta impacto direto e não apresenta alto nível de interesse.

De acordo com a categorização acima apresentada, o Quadro 1, a seguir, apresenta em linhas gerais o público que será objeto da consulta.

Para a realização dos levantamentos socioeconômicos, foi adotada uma faixa de 1,0 km no entorno dos reservatórios esta faixa também servirá para a definição das comunidades que compõem o público primário das consultas públicas.



Quadro 1. Públicos das consultas.

| Primário | Secundário | Amplio |
|--|---|--------------------|
| Projetos de Assentamentos. | Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA | Universidades |
| Comunidades beneficiadas diretamente ou não pelo PISF. | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária | ONGs regionais |
| Ministério Público de Pernambuco | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floresta | Gestores estaduais |
| Prefeitura Municipal de Floresta | Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco | Gestores federais |
| Câmara Municipal de Vereadores | | |

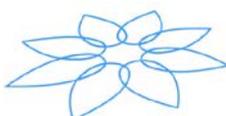
4. Identificação de ferramentas de comunicação:

As intervenções comunicativas durante o processo de consulta pública estão propostas de modo a propiciar que se criem as condições favoráveis à participação social: mostrar o problema (no caso, a **conservação da qualidade da água e vida útil dos reservatórios**), compartilhá-lo e distribuí-lo de forma a gerar um sentimento de corresponsabilidade durante o processo consultivo.

É importante destacar também que o acesso aos meios de comunicação se dá de forma bastante assimétrica na sociedade atual, e em especial na área onde se localizam os reservatórios do PISF. Por esse motivo, são apresentadas diferentes estratégias comunicativas para os diferentes públicos identificados. Para o público secundário são propostas ações comunicativas mais institucionalizadas e de amplo alcance. Já para o público primário são propostas ações de menor alcance, porém, com maior flexibilidade e adaptabilidade as características desse público.

A seguir são listados os meios de comunicação que deverão ser utilizados durante o processo de consulta em foco:

- Diário Oficial: para abertura do período da consulta;
- Edital de Consulta: para apresentação, clara e sucinta, do regulamento da consulta pública;
- Versão resumida dos Planos: serão elaborados mapas didáticos, *folders* e/ou informativos sobre os reservatórios, sua inserção no sistema do PISF, os PACUERAS, o zoneamento proposto, as principais características das zonas e as proposições associadas a cada uma delas.
- *Site* para divulgação oficial dos documentos técnicos, versão simplificada e regulamento da consulta;



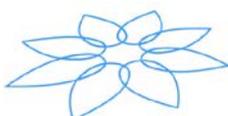
- Correspondência oficial: para dar conhecimento aos parceiros que compõe o público secundário sobre a abertura do processo de consulta pública;
- *Email* e endereço postal para recebimento de sugestões;
- Formulário de sugestões: a ser encaminhado ao endereço postal ou entregue nas caixas da comunicação (Programa de Comunicação Social, item 03, do PBA do PISF);
- Reuniões para apresentação dos Pacueras em linguagem acessível e coleta de opiniões.

5. Estratégias de consulta pública propostas

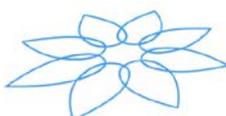
Ao contrário da audiência pública, que envolve o debate acerca da matéria, no caso da consulta pública prevalece o entendimento de que se trata de um procedimento de **divulgação pública de propostas da administração pública** para receber manifestações de interessados (PIETRO, 2010). A consulta pública deve ocorrer em períodos pré-estabelecidos e não exige, necessariamente, a presença do cidadão para a manifestação da sua opinião. A divulgação é feita, obrigatoriamente, com a publicação em diário oficial do documento com o conteúdo a ser apreciado e do período designado para o envio das manifestações, considerando-se a data e horário de abertura e encerramento da consulta.

Sendo assim, cumprindo-se as obrigações legais, o processo de consulta pode assumir diversos formatos, que podem diferir quanto à abrangência da consulta e, conseqüentemente, quanto às estratégias de comunicação e disseminação adotadas.

No delineamento das estratégias a serem adotadas para o processo consultivo, é importante compreender o contexto no qual se insere a elaboração dos Planos. Por serem reservatórios integrantes do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional, naturalmente a apreciação pública das normas e diretrizes propostas para as áreas no entorno destes reservatórios, poderá transformar-se em momento para que sejam levantados debates em torno de outros temas pertinentes ao PISF como um todo, porém, não aos Planos propriamente ditos. Sendo assim, considera-se não recomendável utilizar reuniões públicas amplas como metodologia de consulta, em especial no que se refere aos públicos secundário e amplo, já descritos. Para este público é proposto processo de amplo acesso aos documentos por via eletrônica permitindo a manifestação por escrito através de *e-mail* ou endereço postal.

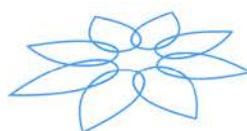


Por outro lado, considera-se de extrema relevância o entendimento que o público mais impactado pelo zoneamento proposto (ou seja, gestores públicos locais e moradores dos núcleos populacionais localizados na faixa de 1,0km do entorno dos reservatórios) terá sobre a proposta, de forma a facilitar sua contribuição ao documento final. Por isso, para o público primário é proposta a realização de reuniões locais com as comunidades consideradas Grupos Focais. Claro está que, necessariamente, as reuniões locais deverão ser antecedidas por um processo de mobilização que convide e informe ao público alvo sobre o foco da discussão. O Quadro 2 apresenta uma síntese dos métodos e estratégias propostas para o processo consultivo por tipo de público.



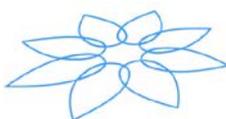
Quadro 2. Métodos e estratégias de consulta pública propostas para os diferentes tipos de público com interesse nos Planos de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios do PISF.

| | Público | Método de consulta | Estratégia | Meios de verificação |
|-------------------|--|--|--|--|
| Primário | Proprietários de terra, Associações comunitárias, Assentados Administração Municipal Câmara de Vereadores Ministério Público Estadual | Grupos focais (reuniões nas comunidades) Consulta eletrônica | Articulação com poder público municipal, mobilização convidando para pequenas reuniões por grupos comunitários, apresentação dos Planos e Mapas, esclarecimento de dúvidas, recolhimento de contribuições durante a reunião e estabelecimento de prazo para recebimento de sugestões via “caixa de coleta”, <i>e-mail</i> ou endereço postal. | Lista de presença, Ata da reunião, Registro fotográfico, Sugestões recebidas. |
| Secundário | Sindicato Rural, IPA, INCRA, ONGs Locais | Pesquisa Postal Consulta eletrônica | Disponibilização dos documentos em <i>site</i> oficial, envio de correspondência oficial anunciando a abertura da consulta pública e determinando prazo para formulação de sugestões através de <i>e-mail</i> ou endereço postal. | Correspondências enviadas, Número de acessos, Sugestões recebidas. |
| Amplio | Universidades, ONGs regionais, Gestores estaduais e federais. | Consulta eletrônica | Disponibilização dos documentos em site oficial anunciando a abertura da consulta pública e determinando prazo para formulação de sugestões através de <i>email</i> ou endereço postal. | Número de acessos, Sugestões recebidas. |



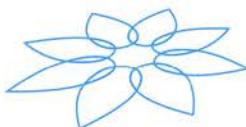
6. Sistematização das sugestões recebidas

Após encerramento do processo consultivo, que deverá ter duração média de 6 semanas, as contribuições recebidas serão sistematizadas, analisadas e incorporadas, ou não, aos PACUERAs. A sistematização das contribuições assim como sua análise deverá ser disponibilizada publicamente no *site* do Ministério da Integração Nacional.



7. Cronograma para uma sub-bacia para realização do processo consultivo dos Planos de Conservação e Uso dos Reservatórios Artificiais

| Atividade | Mês 1 | | | | Mês 2 | | | | Mês 3 | | | |
|---|-------|---|---|---|-------|---|---|---|-------|----|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| 1) Elaboração de material (versão simplificada + edital) | ■ | ■ | ■ | ■ | | | | | | | | |
| 2) Reuniões Prévias (Ministério Público) | | | | ■ | | | | | | | | |
| 3) Divulgação em Diário Oficial | | | | | ■ | | | | | | | |
| 4) Disponibilização na <i>internet</i> | | | | | ■ | | | | | | | |
| 5) Envio de correspondência postal e/ou eletrônica (público secundário) | | | | | ■ | | | | | | | |
| 6) Mobilização informativa (público primário) | | | | | ■ | ■ | | | | | | |
| 7) Reuniões com grupos focais | | | | | | | | ■ | | | | |
| 8) Sistematização e análise – Versão Final | | | | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ |



8. Bibliografia

OLIVEIRA, J.C.C. e BARBOSA, J.H.C. **Roteiro para Criação de Unidades de Conservação Municipais**. Brasília, DF, Ministério do Meio Ambiente. 2010.

PLAMIERE, R., VERÍSSIMO, A. e FERRAZ, M. **Guia de Consultas Públicas para Unidades de Conservação**. Imaflora. 2005.

PRIETO, E.C. **Audiências, Debates e Consultas Públicas: instrumentos decisórios de planejamento e gestão municipal no Brasil**. 4º Congresso Luso Brasileiro de Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável – Pluris. 2010.

WILLIAMS, P.M. **Community consultation toolkit: a good practice guide for Victorian explores and miners**. Minerals Council of Australia. 2006.

